

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Aprofundar a colaboração público-privada e o desenvolvimento da medicina inteligente

Nos últimos anos, o Governo da Região Administrativa Especial (RAEM) tem continuado a aperfeiçoar o sistema de serviços médicos e sanitários de Macau, implementando de forma ordenada diversas medidas de benefício social na área da saúde, consolidando cada vez mais as bases de uma “cidade saudável”. Após a entrada em funcionamento do Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas – Centro Médico de Macau do *Peking Union Medical College Hospital*, foram progressivamente expandidos diversos serviços clínicos, aliviando de forma contínua a pressão assumida pelos cuidados de saúde pública. O Governo também tem promovido activamente a colaboração entre os sectores público e privado, no sentido de promover a “descentralização” dos recursos médicos em direcção às comunidades, optimizando a distribuição geral dos recursos de saúde em Macau. Ao mesmo tempo, a construção da medicina inteligente em Macau tem avançado de forma estável, com a plataforma de Registos Electrónicos de Saúde (eHR) e as funcionalidades contidas em “A Minha Saúde” da Conta Única a serem continuamente actualizadas, passando a integrar funções como marcação de consultas médicas, registo de saúde e gestão da saúde, “aperfeiçoando” cada vez mais a medicina inteligente.

Conforme estabelecido no Plano para Macau Saudável, o Governo da RAEM, guiado pelo princípio de “Tratamento adequado, Prevenção prioritária”, vai aplicar esforços na “integração” da ideia de “saúde” em todas as políticas públicas, assegurando, de forma abrangente e ao longo de todo o ciclo de vida, a saúde dos

residentes. Para continuar a implementar estas políticas e aprofundar ainda mais a eficiência da colaboração entre os sectores público e privado, bem como acelerar a inovação e o desenvolvimento da medicina inteligente, interpelo sobre o seguinte:

1. O Governo já referiu que estava a realizar um estudo temático sobre o “desenvolvimento da colaboração entre os sistemas de saúde público e privado”¹ e, na sequência da entrada em vigor da Lei dos Estabelecimentos Privados de Prestação de Cuidados de Saúde, quando é que as autoridades vão divulgar quer o mais recente ponto da situação do estudo, quer a data prevista para a publicação do relatório deste estudo, de modo a otimizar os modelos de divisão de tarefas e a colaboração entre os sistemas público e privado, daí implementando projectos de colaboração concretos nas áreas de gestão de doenças crónicas, reabilitação e cuidados de enfermagem, cuidados a idosos e gestão de peso, tudo para melhorar a rede de cuidados de saúde nas zonas comunitárias?

2. Actualmente, o Centro Hospitalar Conde de S. Januário e o Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas – Centro Médico de Macau do *Peking Union Medical College Hospital* já iniciaram colaborações em encaminhamento e triagem de pacientes. Assim sendo, os serviços competentes devem definir medidas para efeitos de regularização entre as referidas duas instituições, a fim de, com base numa avaliação contínua da carga de serviços assumida pelas referidas duas instituições, da taxa de utilização de equipamentos médicos de grande envergadura e da sua capacidade de acolhimento, reforçar a complementaridade e colaboração mútua entre ambos, através de uma divisão em função da especialidade, da consulta conjunta e da gestão coordenada dos

¹ Vide <https://www.gcs.gov.mo/news/detail/zh-hans/N26BBlrkIs>

recursos de exames, para melhor partilhar os recursos e otimizar as listas de espera nos cuidados de especialidade na vertente pública, para daí reforçar a qualidade e a eficiência geral dos cuidados de saúde. Como é que isto vai ser feito?

3. Actualmente, na plataforma de Registos Electrónicos de Saúde (eHR) já estão integrados todos os hospitais, centros de saúde e quatro instituições privadas de Macau², criando uma boa base para operar a informação médica. Sob o pressuposto de garantir rigorosamente a segurança dos dados e a protecção da privacidade individual, a referida plataforma constitui também uma base digital fundamental para impulsionar o desenvolvimento da colaboração entre os sectores de saúde público e privado. Embora a plataforma esteja aberta a pedidos de adesão por todas as instituições médicas de Macau, o certo é que ainda não foi divulgado um plano por fases para a sua expansão. Assim sendo, os serviços competentes vão elaborar planos de desenvolvimento de médio e longo prazo, alinhados com a futura entrada em vigor da Lei dos Estabelecimentos Privados de Prestação de Cuidados de Saúde, nos quais se definam objectivos de trabalho por fases, para expandir de forma ordenada a cobertura dessa plataforma às clínicas privadas e a outras instituições médicas, construindo, através do reconhecimento mútuo e da partilha de processos clínicos, uma estrutura de colaboração mais flexível entre os sectores público e privado?

² Conforme indicado na plataforma de Registos Electrónicos de Saúde (eHR) do Governo, as instituições nela incluídas são: Serviços de Saúde, KIANG WU HOSPITAL, Hospital da Universidade de Ciência e Tecnologia, Macau Yin Kui Hospital, Clínica dos Operários de Macau, Centro Médico de Macau do *Peking Union Medical College Hospital*, Centro Médico Kuok Kim (Macau), Centro de Radiologia Oriental, Lda. e Centro Policlínico da Associação de Bem-Estar dos Moradores de Macau.

14 de Agosto de 2026

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Ngan Iek Hang